



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX 0(XX)183273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO/SP  
CNPJ: 43.206.424/0001-10

**OF PM N. 175/2021**

Álvares Machado, em 26 de maio de 2021.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o, venho nesta oportunidade, encaminhar o Projeto de Lei nº 15/2021, para tramitação nesta CASA em regime de urgência, na forma do artigo 37, parágrafo 1º da LOM,

Sendo o assunto do momento, apresento na oportunidade protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
**PREFEITO**

Excelentíssimo Senhor  
**PEDRO DA SILVA OLIVEIRA**  
DD Presidente da Câmara Municipal  
Álvares Machado- SP

**RECEBIDO**

Em: 04/06/2021

Assessoria 05h30m





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

Estado de São Paulo

### Projeto de Lei de nº 15/2021

*Altera dispositivos da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 e dá outras providências.*

**Art. 1º** Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica ratificado o ingresso do município de Álvares Machado no Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, constituído sob a forma de associação pública de natureza autárquica e com objetivos múltiplos, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, conforme Protocolo de Intenções constante do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** O Poder Executivo deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da execução desta Lei.

**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder as adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias, estando desde já autorizadas à abertura de crédito especial e suplementação orçamentária.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Fica revoga a Lei nº 2.966 de 30 de maio de 2017.

Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 24 de Maio de 2021.

**ROGER FERNANDES GASQUES**

Prefeito Municipal

APROVADO EM	ÚNICA	DISCUSSÃO
SESSÃO	ORDINÁRIA	
DATA:	08/06/2021	
PRESIDENTE		





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

Estado de São Paulo

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 15/2021

Senhor Presidente e Vereadores,

Cumprimentando-os, venho encaminhar a essa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que *Altera dispositivos da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 e dá outras providências*.

Como é de conhecimento dos Nobres Edis, o Município de Álvares Machado é ente consorciado ao Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP desde a sua fundação conforme a Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 com redação dada pela Lei nº 2996 de 30 de maio de 2017, com acesso aos serviços colocados à disposição pelo Consórcio CIOP aos Municípios consorciados somente nas áreas de Saúde e Assistência Social.

Todavia, em 2015, verificando as necessidades dos municípios consorciados de uma abrangência maior em outras áreas de políticas públicas, o CIOP se tornou um consórcio de múltiplos objetivos, podendo atuar em políticas públicas dos interesses comuns dos entes consorciados nas seguintes áreas:

- Assistência social e cidadania
- Educação
- Emprego
- Infraestrutura, sistema viário e mobilidade urbana
- Meio ambiente
- Saúde
- Saneamento básico
- Segurança pública
- Turismo
- Agricultura
- Licitação de Compras Compartilhadas

É certo que o CIOP esta desenvolvendo programas em várias políticas públicas estando a disposição dos entes consorciados, dentre outros, os seguintes projetos:

#### **PROGRAMA DE TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PRORCC:**

O Programa com a aquisição de **equipamento móvel** tem como objetivo permitir aos consorciados que **reciclem os Resíduos da Construção Civil** em seu próprio município, de forma a economizar recursos com o transporte de material para a usina de reciclagem e posteriormente com o transporte de insumos para obras.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

Estado de São Paulo

A destinação adequada de resíduos da construção civil (RCC) tem sido um desafio para a maioria dos municípios brasileiros, uma vez que os mesmos não possuem local adequado para tal, tampouco dispõe de recursos para instalação de usina para a reciclagem do RCC.

**Produtos da reciclagem de RCC:** Areia reciclada, Agregados reciclados (britas e pedriscos), Asfalto Fresado (RAP).

Algumas aplicações dos resíduos reciclados:

- Pavimentos;
- Os agregados reciclados e RAP podem ser usados para compor camadas: reforço do subleito, sub-base, base e revestimento (Binder e CBUQ);
- Artefatos pré-moldados de concreto;
- Os agregados reciclados também podem ser utilizados para produção de pré-moldados: Blocos, Pavers e Tubos;
- Argamassas;
- As argamassas de assentamento podem ter sua areia “natural” substituída por areia reciclada.

Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002 diz em seu caput: “Que os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições de estruturas e estradas, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação do solo.”

### **PROGRAMA DE TRITURAÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTE DE PODAS DE ÁRVORES URBANAS – PROPODAS:**

O Programa de trituração de resíduos provenientes de **podas de galhos de árvores**, ramos, casacas, galhos e cercas vivas urbanas proporcionará aos municípios a utilização dos trituradores e destinará à reciclagem de todo o resíduo proveniente das podas públicas e de pequenos geradores no município, evitando assim problemas de poluição e o desperdício de matéria orgânica, a qual será reciclada e reutilizada.

Os resíduos de corte e podas de árvores são classificados como resíduos orgânicos (proveniente de tudo o que é vivo), e que ao se decompor gera gás metano, produzindo também chorume prejudicando a qualidade da água e do solo. A destinação usual para esses resíduos é o aterro sanitário ou lixões.

### **PROGRAMA DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – PROSIMC/SUASA:**





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO**

Estado de São Paulo

O Programa tem por objetivo garantir a qualidade dos produtos de origem animal e seus derivados (carne, pescados, leite, ovos, mel) comercializados nos municípios consorciados. Inspeccionar, fiscalizar, orientar e certificar produtores/estabelecimentos de produtos de origem animal com selo de qualidade, de acordo com a legislação vigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

É certo que, embora tais programas sejam de interesse do município, este se encontra impedido de contratá-los já que a Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 com redação dada pela Lei nº 2996 de 30 de maio de 2017 limita a participação nos serviços das áreas de Saúde e Assistência Social.

Tal limitação, está acarretando uma perda considerável ao município já que nos dias atuais a preocupação com meio ambiente (Resíduos da Construção Civil e Resíduos de Podas de Árvores), bem como a geração de renda a pequenos produtores e empregos que poderiam vir através do sistema de Serviço de Inspeção Consorciada, demandam ações que por vezes o município não possui condições de realiza-las de forma isolada, o que vem sendo possibilitado pelo CIOP como acima mencionado.

Vale lembrar que esta administração tem como meta fomentar o desenvolvimento e tornar Álvares Machado, um município com grande capacidade produtiva e de atração a empresas interessadas em se instalarem em municípios próximos a Presidente Prudente.

Assim, solicito, seja a matéria proposta encaminhada aos Nobres Vereadores, para a apreciação e aprovação para que o Município de Álvares Machado possa participar de todos os programas desenvolvidos pelo Consórcio CIOP, ou que venham a serem desenvolvidos conforme a necessidade de novas políticas públicas solicitadas pelos entes consorciados.

Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 24 de Maio de 2021.

**ROGER FERNANDES GASQUES**

Prefeito Municipal

**ADRIANO GIMENES STUANI**

Procurador Geral do Município



## PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

Os Municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabú, Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio, representados por seus respectivos Prefeitos Municipais, Celso Pirani Passos, Horácio César Fernandes, Dario Marques Pinheiro, Cícero Paulino Sobrinho, Camila Teodoro Nicácio de Lima, Rosa de Lima de Alcântara Zakir, Wagner Mathias Mendes, Antônio Leal Cordeiro, Jorge Luiz Souza Pinto, Enio Magro, Valdir Aparecido Lopes, Orlando Padovan, José Lúcio Cauneto, Sidnei Caio da Silva Junqueira, Milton Carlos de Mello, Jorge Duran Gonçalves, Luciana Guimarães Alvez Casata, Marcos Slobodtsov, Marcos Antonio Pereira da Rocha, Sandra Aparecida de Souza Kasai, Marcos Roberto Sanfelici, Alaor Aparecido Bernal Dias, Ivandeci José Cabral, Hely Valdo Batistela, Elias Natalino Pereira e Ailton César Herling, reconhecendo a importância da adoção de uma política integradas nas áreas de saúde, esportes, educação, cultura, ciência, deficiência, trabalho e ação social, habitação, agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação, segurança pública com cidadania, meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, aquisição e/ou uso de máquinas e equipamentos, tratamento do lixo, limpeza urbana e remoção de entulhos, infraestrutura, saneamento, sistema viário, mobilidade urbana, emprego, assistência social, processamento de dados, esgotamento sanitário, iluminação pública, inspeção sanitária animal e vegetal e outros de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada nos municípios consorciados.

Considerando os objetivos, princípios e diretrizes que regem as iniciativas públicas;

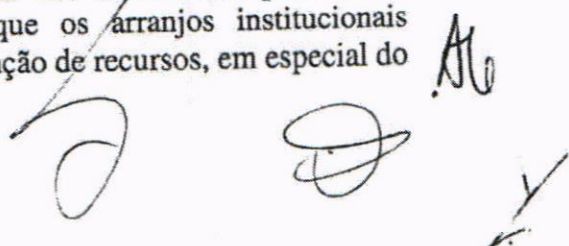
Considerando que os signatários reconhecem como de interesse vital a ampliação e o fortalecimento de suas próprias capacidades gerenciais;

Considerando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos, autorizando a gestão associada de serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

Considerando que a Lei nº 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, e que o Decreto nº 6.017/2007 estabelece normas para execução da Lei nº 11.107/2005;

Considerando que a nova legislação institui um ambiente normativo mais favorável à cooperação entre entes federativos, o CIOP terá a oportunidade de superar certos limites institucionais podendo ampliar a capacidade de gestão administrativa;

Considerando, ainda, que a nova legislação atribui aos consórcios públicos uma personalidade jurídica que possibilita: racionalização no uso de recursos públicos, e estreitamento das relações intergovernamentais, já que os arranjos institucionais formados sob a nova lei deverão ser priorizados na obtenção de recursos, em especial do





orçamento federal e estadual; efetividade das políticas públicas executadas e melhora na qualidade dos serviços públicos e das políticas sociais; superar a insegurança jurídica dos atuais arranjos de cooperação, combinada à ampliação da capacidade contratual dos consórcios públicos, inclusive na captação de recursos.

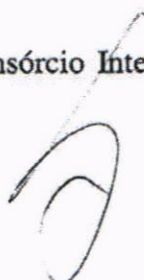



RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA-CIOP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, POR SEU ESTATUTO E PELOS DEMAIS ATOS QUE ADOTAR, SUBSCREVENDO O PRESENTE NOS SEGUINTES TERMOS:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, INDICAÇÃO DOS ENTES DA FEDERAÇÃO, FORMA DE CONSTITUIÇÃO, PERSONALIDADE JURÍDICA, NATUREZA, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE E FINS.**

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista-CIOP constituído pelos Municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabú, Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio, representados por seus respectivos Prefeitos Municipais, Celso Pirani Passos, Horácio César Fernandes, Dario Marques Pinheiro, Cícero Paulino Sobrinho, Camila Teodoro Nicácio de Lima, Rosa de Lima de Alcântara Zakir, Wagner Mathias Mendes, Antônio Leal Cordeiro, Jorge Luiz Souza Pinto, Enio Magro, Valdir Aparecido Lopes, Orlando Padovan, José Lúcio Cauneto, Sidnei Caio da Silva Junqueira, Milton Carlos de Mello, Jorge Duran Gonçalves, Luciana Guimarães Alvez Casata, Marcos Slobodticov, Marcos Antonio Pereira da Rocha, Sandra Aparecida de Souza Kasai, Marcos Roberto Sanfelici, Alaor Aparecido Bernal Dias, Ivandeci José Cabral, Hely Valdo Batistela, Elias Natalino Pereira e Ailton César Herling, se constituirá sob a forma de Associação Pública, adquirindo personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, prazo de duração indeterminado, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, CEP: 19020-360 em Presidente Prudente, com a finalidade de desenvolver em conjunto ações e serviços de saúde, esportes, educação, cultura, ciência, deficiência, trabalho e ação social, habitação, agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação, segurança pública com cidadania, meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, aquisição e/ou uso de máquinas e equipamentos, tratamento do lixo, limpeza urbana e remoção de entulhos, infraestrutura, saneamento, sistema viário, mobilidade urbana, emprego, assistência social, processamento de dados, esgotamento sanitário, iluminação pública, inspeção sanitária animal e vegetal e outros de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada nos municípios consorciados.

§ 1º - A alteração da sede do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP poderá ocorrer mediante decisão da Assembleia Geral, com voto da maioria absoluta dos Municípios Consorciados.

§ 2º Para o desenvolvimento de suas atividades, o Consórcio Intermunicipal, poderá valer-se dos seguintes instrumentos:



I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação;

IV - estabelecer contrato de programa para a prestação dos serviços públicos;

V - estabelecer termos de parcerias para a prestação dos serviços públicos;

VI - estabelecer contratos de gestão para a prestação dos serviços públicos;

VII - adquirir ou administrar bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

VIII - prestar serviços públicos mediante a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na regulação, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinados;

IX - prestar serviços, inclusive de assistência técnica, à execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

X - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos;

XI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos indicando de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que devera atender, observada a legislação de normas gerais em vigor;

XII - contratar operação de crédito observados os limites e condições estabelecidas na legislação pertinente;

§ 3º - Esse parágrafo segundo não traz um rol exaustivo dos instrumentos de desenvolvimento do Consórcio Intermunicipal, cabendo a Assembleia Geral, por maioria absoluta de seus membros, decidirem sobre os demais instrumentos para desenvolvimento de suas atividades.

§ 4º - O Consórcio Intermunicipal tem como área de atuação a totalidade dos territórios dos Municípios Consorciados.

§ 5º - O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais consorciados o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções.





§ 6º - Outros objetivos/finalidades do Consórcio Intermunicipal que não estejam previstos neste Protocolo de Intenções, serão definidos em Estatuto.

## **CLÁUSULA SEGUNDA- DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO**

Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles constantes da cláusula primeira deste Protocolo de Intenções, observadas as competências constitucionais e legais, terá o consócio público poderes para representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo e entidades privadas de qualquer natureza.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO**

O Consórcio terá a seguinte estrutura administrativa:

- I - ASSEMBLEIA GERAL
- II - CONSELHO DIRETOR
- III - CONSELHO FISCAL
- IV - DIRETORIA EXECUTIVA
- V - CÂMARAS SETORIAIS

Parágrafo único - As competências e o funcionamento da estrutura administrativa descrito nesta cláusula, que não estejam previstos neste Protocolo de Intenções, serão definidos em Estatuto e/ou Regimento Interno e/ou Resoluções.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA ASSEMBLEIA GERAL**

A Assembleia Geral, instância deliberativa máxima, é constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Legislações Orgânicas.

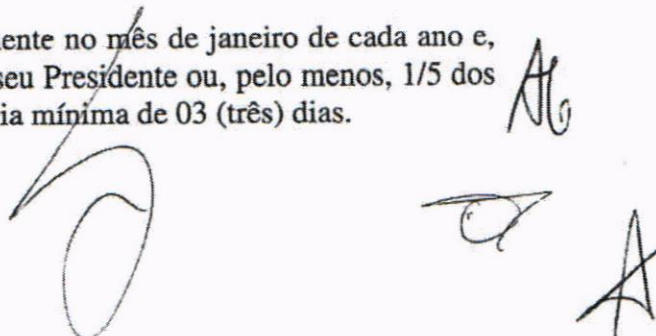
I - Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral como ouvintes;

II - Cada ente consorciado terá direito a um voto, votando os suplentes apenas na ausência do respectivo titular;

III - O voto será público, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado;

IV- O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de janeiro de cada ano e, extraordinariamente, quando for convocada pelo seu Presidente ou, pelo menos, 1/5 dos consorciados, em ambos os casos com antecedência mínima de 03 (três) dias.





§ 2º - Para a eleição e destituição do Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL a Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente na forma do parágrafo anterior sendo necessária a presença e o voto da maioria absoluta dos membros, em única convocação.

§ 3º - O quórum exigido para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação é da maioria absoluta dos entes consorciados. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e em segunda convocação se realizará 01 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número de consorciados.

§ 4º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes. Na abertura de cada reunião da Assembleia Geral, a Ata da reunião anterior será submetida à aprovação.

§ 5º - Compete à Assembleia Geral:

I - homologar o ingresso no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções;

II - homologar o ingresso da União e do Estado de São Paulo no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;

III - aplicar ao ente consorciado as penas de suspensão e exclusão do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;

IV - deliberar, alterar e aprovar o Protocolo de Intenções e o Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;

V - eleger ou destituir o Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, os membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal;

VI - decidir sobre a dissolução do Consórcio;

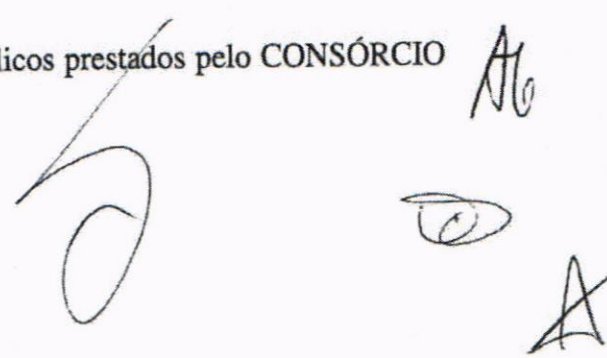
VII - aprovar:

- a) o orçamento plurianual de investimentos;
- b) o programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas, taxas e outros preços públicos, e;
- f) deliberar sobre alienação, arrendamento ou hipoteca de bens imóveis do Consórcio Intermunicipal;

VIII - aprovar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;

IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos prestados pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;

X - apreciar e sugerir medidas sobre:

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a large, stylized signature that appears to be 'A' or 'B' with a long horizontal stroke. To its right are several smaller initials, including 'AL', 'D', and a large 'A'.



- a) a melhoria dos serviços prestados pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL;
- b) o aperfeiçoamento das relações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL com órgãos públicos, entidades e/ou empresas privadas.

XII - adotar as medidas pertinentes em caso de retirada de ente consorciado;

XIII - aprovar os critérios e autorizar a admissão de novos consorciados.

XIV - deliberar sobre a participação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL em instituições, sistemas de governo e órgãos relacionados às suas finalidades institucionais.

XV - Somente será aprovada a cessão de servidores com ônus para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos a metade mais um dos membros consorciados e, no caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, da maioria simples dos votos, exigida a presença de metade mais um dos consorciados.

XVI - A convocação da Assembleia Geral será feita através de: edital publicado na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo ou, convocação direta de todos os consorciados por correio ou qualquer outro meio eletrônico com a devida comprovação de recebimento.

XVII - Não será permitido tratar, na Assembleia Geral, de qualquer assunto não previsto no seu edital de convocação.

XVII - eleger, durante o mês de dezembro, em Assembleia Geral Extraordinária, os membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal para o exercício civil subsequente para mandato de um ano, sendo permitida a recondução, desde que a Assembleia Geral assim autorize.

XVIII - deliberar sobre a fixação do valor comum da cota de rateio;

XIX - deliberar sobre a criação e alteração do Regimento Interno do CIOP;

XX - deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho Diretor, sendo necessária a maioria simples de votos sempre que a matéria versar acerca de questões pertinentes a estrutura, diretrizes, metas, peça e execução orçamentária;

XXI - deliberar sobre os critérios para autorizar o CIOP a representar os entes consorciados em interesse comum perante outras esferas de governo e sociedade civil organizada;

XXII - criar, alterar e extinguir Câmaras Setoriais, atendendo as necessidades dos entes Consorciados;

XXIII - para as deliberações constantes dos incisos III, IV, V, VI, XII, XIII, XIV, XVII e XVIII, é necessário o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos membros presentes na

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large stylized 'A' and other illegible marks.



Assembleia Geral, convocada especificamente para tais fins, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos consorciados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes. As demais hipóteses elencadas nos incisos anteriores serão resolvidas por maioria simples dos presentes;

XXIX - a perda do mandato eletivo é causa de extinção automática da condição de membro da Assembleia Geral, quando haverá substituição automática por quem lhe suceder no mandato do ente consorciado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO CONSELHO DIRETOR, CONSELHO FISCAL E DIRETORIA EXECUTIVA**

O Conselho Diretor é o órgão de deliberação, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados eleitos pela Assembleia Geral, a ele cabendo:

I - elaborar, em conjunto à Diretoria Executiva, o Plano Anual de Atividades do CIOP para o exercício seguinte até a primeira quinzena do mês de novembro do ano em curso, submetendo-o à Assembleia Geral;

II - elaborar, em conjunto à Diretoria Executiva, a peça orçamentária do exercício seguinte, o que deverá ser realizado até a primeira quinzena do mês de novembro, submetendo a referida peça à Assembleia Geral;

III - elaborar, em conjunto à Diretoria Executiva, o Regimento Interno do CIOP, submetendo-o para apreciação da Assembleia Geral;

IV - propor à Assembleia Geral, quando necessária, a alteração do Protocolo de Intenções, Estatuto e do Regimento Interno do CIOP;

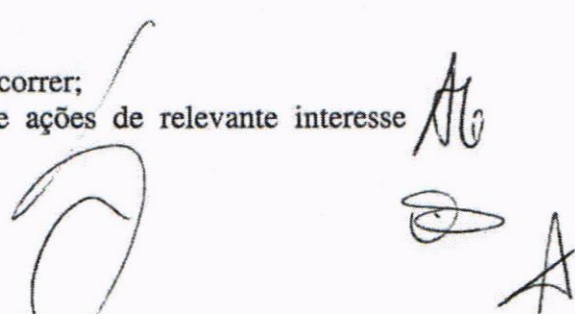
V - ratificar ou indicar o (a) Diretor (a) Executivo (a) e a Assessoria Jurídica do CIOP, bem como determinar sua substituição e/ou seu afastamento, quando necessário;

VI - planejar todos os assuntos administrativos do CIOP, fiscalizando a Diretoria Executiva em suas execuções;

VII - deliberar e aprovar as necessárias alterações no quadro de pessoal, fixando o número de empregos públicos e cargos de confiança, a forma de provimento à luz da legislação em vigor, padrão remuneratório dos empregos públicos e dos cargos de confiança, carga horária, atribuições e respectivos vencimentos e reajustes salariais através de Resoluções;

VIII - autorizar a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público devidamente justificado, nos seguintes casos:

- a. atender situações de calamidade pública;
- b. combater surtos epidêmicos;
- c. atender outras situações de emergência que vierem a ocorrer;
- d. atender situações, projetos, programas, atividades e ações de relevante interesse público aprovados pela Assembleia Geral.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a large, stylized signature that appears to be 'A' or 'B' with a long horizontal stroke. To its right are several smaller initials, including 'AL', 'A', and a circled 'A'.



IX - deliberar sobre as quotas de rateio dos municípios consorciados, as quais serão fixadas por Contrato de Rateio;

X - atuar junto às esferas políticas do Poder Público, em todos os seus níveis, buscando apoio às ações do CONSÓRCIO;

XI - estimular, na área de abrangência do CONSÓRCIO, a participação dos demais municípios;

XII - prestar contas ao órgão público ou privado concedente dos recursos que venha a receber.

XIII - deliberar sobre a retirada ou exclusão dos municípios consorciados, nos casos previstos neste Estatuto ou na Lei nº 11.107/05;

XIV - examinar e encaminhar para a Assembleia Geral o pedido de ingresso de novos consorciados

XV - deliberar sobre eventual mudança de sede do CIOP, submetendo a deliberação para a Assembleia Geral;

XVI - autorizar a aquisição e venda de bens móveis e imóveis do CIOP;

XVII - deliberar sobre temas não previstos neste Estatuto, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral quando os mesmos forem de notória relevância, urgência e complexidade;

XVIII - autorizar, mediante resolução, suplementações orçamentárias, na porcentagem estabelecida em Resolução;

XIX - convocar a Assembleia Geral, quando entender necessário;

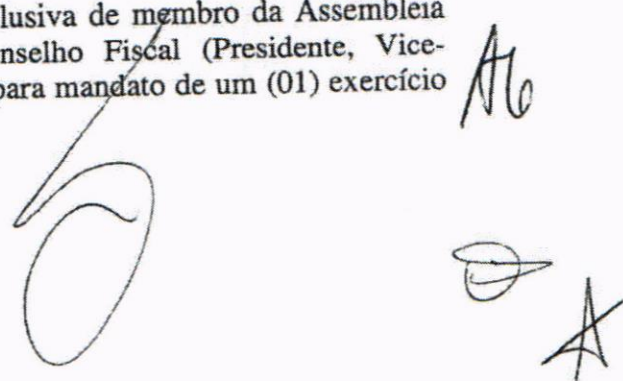
XX - o Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre, ou por convocação extraordinária de seu Presidente ou de um terço de seus membros sempre que necessário, sendo que suas deliberações serão aprovadas por maioria simples de seus membros e lançadas em ata.

XXI - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do consórcio, responsável por exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do CIOP, manifestando-se na forma de parecer.

§ 1º - O Conselho Fiscal é composto por cinco (05) conselheiros, sendo todos membros integrantes da Assembleia Geral;

§ 2º A Presidência do Conselho Fiscal é função exclusiva de membro da Assembleia Geral, a qual elegerá todos os membros do Conselho Fiscal (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo Secretário e Vogal) para mandato de um (01) exercício financeiro, prorrogável por igual período.

§ 3º - Compete ao Conselho Fiscal:

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a large, stylized signature that appears to be 'B' or 'G'. To its right are the initials 'AL' and a signature that looks like 'P'. At the bottom right corner, there is a large 'A'.



- I - fiscalizar o controle financeiro, patrimonial, contábil e ambiental do CIOP;
- II - emitir parecer sobre o Plano Anual de Atividades, Peça Orçamentária, Balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral;
- III - reunir-se, no mínimo, duas vezes por ano para realizar os controles disciplinados no inciso I, exarando parecer endereçado à Assembleia Geral sobre a gestão do período anterior;
- IV - cooperar com o Controle Interno responsável pela fiscalização do CIOP;
- V - o Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária para dar-lhe ciência de irregularidades nos atos de gestão financeira, patrimonial e contábil do CIOP que exijam imediato enfrentamento em razão da gravidade da falha identificada.

XXII - A Diretoria Executiva é o órgão gerencial do **CIOP**, constituída pelo Diretor Executivo e composta pelas demais Diretorias criadas por Resolução:

§ 1º - Compete à Diretoria Executiva:

- I - Gerenciar o **CIOP**;
- II - estruturar os serviços e o quadro de recursos humanos;
- III - executar o plano de atividades e a proposta orçamentária anuais;
- IV - gerenciar as Câmaras Setoriais;
- V - praticar todos os demais atos de gestão necessários à administração do **CIOP**, observadas as formalidades legais, os princípios da administração pública e as determinações do Conselho Diretor.

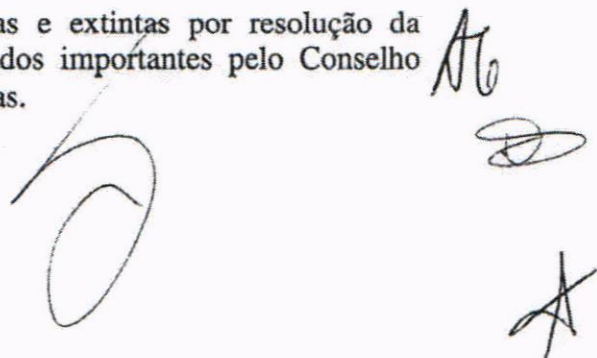
## CLÁUSULA SEXTA – CÂMARAS SETORIAIS

O CIOP é de objetivo múltiplo, podendo criar Câmaras Setoriais, mediante deliberação da Assembleia Geral, diretamente subordinadas ao Conselho Diretor e gerenciada pelo Diretor Executivo as quais desenvolverão políticas públicas específicas de interesse comum aos entes consorciados, a ela competindo:

- I - atuar como órgão consultivo da Assembleia Geral e do Conselho Diretor do **CIOP**;
- II - propor planos e programas de acordo com as finalidades do **CIOP**;
- III - sugerir formas de melhor funcionamento do CONSÓRCIO e de seus órgãos;
- IV - propor a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas pelo **CIOP**.

§ 1º - O ente consorciado participará da(s) Câmara(s) Setorial (is) de seu interesse através da indicação de um secretário municipal e de um servidor efetivo da mesma secretaria municipal, cujas atividades tenham pertinência com os objetivos específicos da Câmara Setorial escolhida.

§ 2º - As Câmaras Setoriais serão criadas, alteradas e extintas por resolução da Assembleia Geral que, dentre outros requisitos julgados importantes pelo Conselho Diretor, lhe atribuirá nome, estrutura, funções específicas.





§ 3º - Cada Câmara Setorial reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário por convocação do Conselho Diretor ou do Diretor Executivo, com antecedência mínima de três dias úteis.

§ 4º - Os representantes da Câmara Setorial não receberão salários, proventos ou quaisquer tipos de remuneração pelo exercício de suas competências.

§ 5º - Demais normas de funcionamento da Câmara Setorial serão propostas pela DIRETORIA EXECUTIVA e estabelecidas por ato do CONSELHO DIRETOR.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Para a execução de suas atividades disporá o CONSÓRCIO de quadro de pessoal aprovado pelo Conselho Diretor através de Resoluções.

I - A contratação de pessoal se dará por concurso público, excetuados os casos de funções de confiança claramente delimitados no Estatuto ou Resoluções e os de contratação temporária para atender a excepcional interesse público, e se regerá pelos ditames constantes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

II - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo prazo máximo de contratação será de 12 (doze) meses:

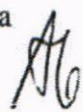
- a) a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito dos objetivos do CONSÓRCIO;
- b) a contratação de serviços técnicos especializados no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos ou parcerias nacionais ou internacionais;
- c) a contratação realizada para a substituição de empregado público demitido pelo CONSÓRCIO ou que tenha pedido demissão.
- d) a contratação realizada para a manutenção da execução das ações e serviços relacionados às finalidades do CONSÓRCIO.
- e) nos demais casos, desde que aprovado e justificado pela Assembleia Geral, pela maioria absoluta de seus membros.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO**

I - O Presidente, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente, o 1º Secretário, o 2º Secretário, o 1º Tesoureiro e o 2º Tesoureiro serão eleitos em Assembleia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos, somente sendo válidas as dos candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado.

II - O Presidente, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente, o 1º Secretário, o 2º Secretário, o 1º Tesoureiro e o 2º Tesoureiro serão eleitos mediante voto público, para mandato de 1 (um) ano permitida a reeleição para mandato subsequente.

II - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos.





III - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados e no segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos.

IV - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 10 (dez) e 20 (vinte) dias, caso necessário prorrogando - se *pro tempore* o mandato do Presidente em exercício.

V - A eleição do O Presidente, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente, o 1º Secretário, o 2º Secretário, o 1º Tesoureiro e o 2º Tesoureiro será realizada em janeiro do ano subsequente ao término do mandato.

VI - O mandato do Presidente cessará automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Município representado, hipótese em que será sucedido automaticamente pelo 1º Vice-Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, cabendo apenas a comunicação do ato através da Imprensa Oficial.

VII - Se o término do mandato do Prefeito que ocupar a Presidência da Assembleia Geral ocorrer antes da eleição para a Presidência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL seu sucessor na Chefia do Poder Executivo assumirá interinamente o cargo de Presidente até a realização de nova eleição.

#### **CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

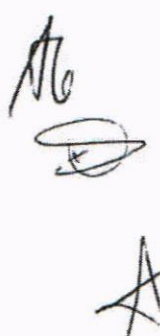
Fica o consórcio público autorizado a gerir as ações e os serviços de saúde, esportes, educação, cultura, ciência, deficiência, trabalho e ação social, habitação, agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação, segurança pública com cidadania, meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, aquisição e/ou uso de máquinas e equipamentos, tratamento do lixo, limpeza urbana e remoção de entulhos, infraestrutura, saneamento, sistema viário, mobilidade urbana, emprego, assistência social, processamento de dados, esgotamento sanitário, iluminação pública, inspeção sanitária animal e vegetal e outros de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada nos municípios consorciados. dos municípios integrantes da área de abrangência do CONSÓRCIO, observadas as normas vigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- DO CONTRATO DE PROGRAMA**

Os entes consorciados celebrarão com o Consórcio contratos de programa para a execução de serviços públicos de comum interesse ou para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 1º - Nos contratos de programa a serem celebrados serão obrigatoriamente celebrados:

I- o atendimento à legislação da regulação dos serviços a serem prestados;





II- a previsão de procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º - O contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

§ 3º - Compete ao Estado estabelecer os demais critérios para a celebração de contratos de programa, observada a legislação em vigor.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CONTRATO DE RATEIO**

Ficam os entes consorciados autorizados a celebrar contrato de rateio com o Consórcio para a transferência de recursos financeiros.

§ 1º - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º - É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.

§ 3º - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º - Para o repasse dos recursos especificados no contrato de rateio fica o Poder Executivo Municipal autorizado a determinar à instituição bancária o débito dos valores em sua conta-corrente.

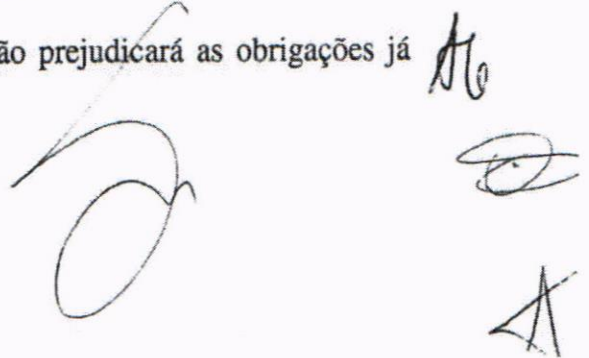
§ 5º - A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RETIRADA DO ENTE CONSORCIADO**

A retirada do ente consorciado deveser precedida de comunicação formal a Assembleia Geral com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias com a comunicação posterior ao seu poder legislativo.

§1º - Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ao seu patrimônio no caso da extinção do consórcio público ou mediante aprovação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO.

§2º - A retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas pelos entes que o integram.





§3º - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira do Consórcio Intermunicipal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

O presente Protocolo de Intenções, convertido em CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO após sua ratificação por lei, somente poderá ser alterado ou extinto após aprovação pela Assembleia Geral.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA- DO ESTATUTO**

As demais disposições concernentes ao CONSÓRCIO constarão de Estatuto a ser elaborado e aprovado em Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes e os ditames deste Protocolo de Intenções.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA- DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

Após sua assinatura pelos representantes legais dos entes federados consorciados e a devida ratificação legislativa por parte de seus signatários, o presente Protocolo de Intenções se converterá em CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, estando o Consórcio apto a iniciar as suas atividades.

→ Parágrafo Único - Os signatários que não ratificarem por lei, no prazo máximo de 60 dias o presente Protocolo de Intenções, somente poderão ingressar no Consórcio após prévia aprovação da Assembleia Geral.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - Fica autorizado o pagamento vale transporte aos funcionários contratados pelo CIOP, nos termos da CLT, regulamentado o pagamento mediante Resolução.


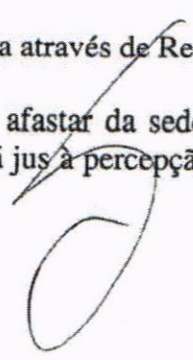
II - Fica autorizado o pagamento de auxílio alimentação aos funcionários contratados pelo CIOP, em valor definido pelo Conselho Diretor, com ajuste anual e conjuntamente com a alteração dos valores da remuneração, fixado mediante Resolução.

III - O padrão de vencimentos dos empregados e cargos de confiança, integrantes do quadro de cargos do CIOP é fixado através de Resolução, cabendo ao Conselho Diretor, anualmente, proceder à revisão geral anual, bem como a concessão de aumentos reais dos vencimentos.

IV - Obedecidas as diretrizes da Assembleia Geral, os valores dos diversos padrões remuneratórios do quadro de pessoal do CIOP serão fixados e reajustados mediante Resolução do Conselho Diretor.

V - A data base para fixar a revisão geral anual, será feita através de Resolução.

VI - O agente político, empregado ou terceiro que se afastar da sede do CIOP, para realização de atividade em nome ou proveito desse, fará jus à percepção de diárias para





cobrir despesas de hospedagem e alimentação no valor estabelecido em Resolução específica do Conselho Diretor.

VII – Conceder-se-á indenização de transporte e pedágio ao agente político e ao servidor cedido/empregado que utilizar meio próprio de locomoção ou táxi para a realização de serviços externos e/ou viagem.

VIII – Nos casos de contradição, obscuridade ou omissão presentes neste Protocolo de Intenções, caberá a Assembleia Geral, por maioria absoluta de seus membros decidir a questão.

E por assim estarem devidamente ajustados, firmam o presente Protocolo de Intenções, para publicação do seu extrato nos órgãos de imprensa oficiais de cada ente signatário e na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

42

Presidente Prudente - SP, 03 de agosto de 2015.



ENIO MAGRO

PRESIDENTE DO CIOP



DIRCE MÁRIO DO AFONSO

DIRETORA EXECUTIVA - CIOP




RANGEL STRASSER FILHO

OAB/SP 309.164



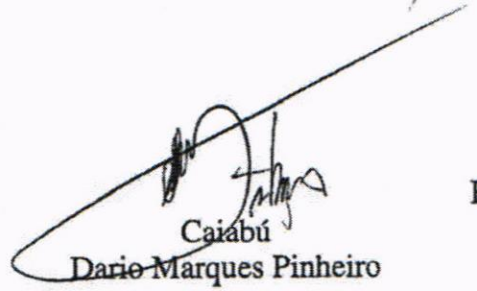
OSIEL FERREIRA

OAB/SP 348.978



Alfredo Marcondes  
Celso Pirani Passos

Caiuá  
Cícero Paulino Sobrinho



Caiabú  
Dario Marques Pinheiro

Álvares Machado  
Horácio César Fernandes






*Camilo S. N. de Lima*  
Euclides da Cunha Paulista  
Camila Teodoro Nicácio de Lima

Iepê  
Rosa de Lima de Alcântara Zakir


João Ramalho  
Wagner Mathias Mendes

Martinópolis  
Antônio Leal Cordeiro

Nantes  
Jorge Luiz Souza Pinto

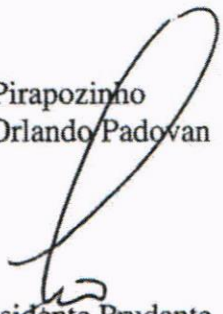
  
Narandiba  
Enio Magro

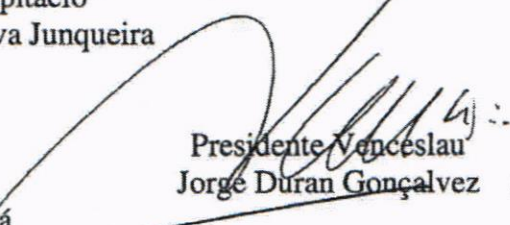
Piquerobi  
Valdir Aparecido Lopes

  
Presidente Bernardes  
José Lúcio Cauneto


Pirapozinho  
Orlando Padovan

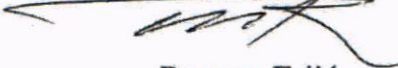
Presidente Epitácio  
Sidnei Caio da Silva Junqueira

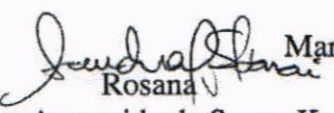
  
Presidente Prudente  
Milton Carlos de Mello

  
Presidente Venceslau  
Jorge Duran Gonçalves

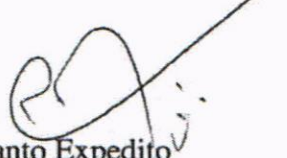
Quatã  
Luciana Guimarães Alvez Casata


  
Rancharia  
Marcos Slobodtsov

  
Regente Feijó  
Marcos Antonio Pereira da Rocha

  
Rosana  
Sandra Aparecida de Souza Kasai

Sandovalina  
Marcos Roberto Sanfelici

  
Santo Expedito  
Ivandeci José Cabral

  
Santo Anastácio  
Alaor Aparecido Bernal Dias

Taciba  
Hely Valdo Batistela

  
Teodoro Sampaio  
Ailton César Herling

Tarabai  
Elias Natalino Pereira





# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP  
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br

## Poder Legislativo

### Consulta PRELIMINAR

Referência: Projeto de Lei nº 15/21 – de 24/05/2021

Ementa: – Altera a natureza, objetivos e finalidades do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista -CIOP.

Autoria: Poder Executivo.

Foi encaminhado a Assessoria de Relações Institucionais e Gestão Interna, o Projeto de Lei nº 15/21, de 24 de maio de 2021, de autoria do Executivo Municipal, que tem por finalidade alterar os objetivos e finalidades do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista -CIOP para "OBJETIVOS MÚLTIPLOS".

O ofício PM n. 175/2021, solicita tramitação em regime de urgência, na forma do art. 37, §1º da LOM. Considerando a matéria, s.m.j, não há óbice quanto a tramitação nesta forma, ficando o **mérito** a julgamento dos nobres vereadores.

O protocolo de intenções ratificado em 2013, alterado em 2017 pela Lei nº 2996/17, tem como objetivo e finalidade o desenvolvimento em conjunto de ações nas áreas de Saúde e Assistência Social, o Projeto de lei proposto visa alterar esse objetivo e finalidade para "Objetivo Múltiplos".

Dispõe ainda que as despesas decorrentes da Execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias, estando desde já autorizada à abertura de crédito especial<sup>1</sup> e suplementação orçamentária. Neste ponto, recomenda-se a supressão quanto a à abertura de crédito especial.

O Projeto de Lei vem acompanhado **APENAS** de sucinta justificativa a sua proposição.

**Para o prosseguimento das demais fases do processo legislativo do PL em discussão**, recomenda-se ao Sr. Presidente e/ou a Comissão de Finanças e Orçamento, que envie ofício ao Executivo, conforme artigo 77 da Lei Orgânica Municipal (nos termos do artigo 20 da Resolução CFC nº 960/03 de 30/04/2003) solicitando a juntada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- Valor pago atualmente e Estimativa de custo para a alteração proposta (contrato Programa Contrato Rateio) e se haverá aumento de despesas;
- Indicação da fonte orçamentária para a cobertura das despesas e indicação dos recursos correspondentes nas peças orçamentárias;
- Planilha de Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro.
- Índice atual da folha de pagamento;

A resposta deverá ser encaminhada a Comissão de Finanças e Orçamentos para análise.

Em relação ao mérito, a Assessoria não irá se pronunciar, pois caberá aos nobres Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer que submeto a apreciação de Vossas Excelências.

CM. Álvares Machado/SP, 07 de junho de 2021.

Assessoria de Relações Institucionais e Gestão Interna  
Fabiane Maria de São José

<sup>1</sup> Modalidade de **crédito** adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizado por lei.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL /FAX 0(XX)18 – 3273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

**LEI Nº 2966/17, de 30 de Maio de 2017.**

**Dispõe sobre:** Acrescenta ao artigo 1º e 3º a adesão na área da Assistência Social, acrescenta o parágrafo único ao artigo 2º, da Lei Municipal 2776/13, de 16 de maio de 2013, e dá outras providências.

**JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA**, Prefeito do Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os artigos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal 2776/13, de 16 de maio de 2013, passam ter a seguinte redação:

**“Art. 1º** - Fica ratificado, em todos os seus termos, conforme anexo I desta Lei, o Protocolo de Intenções firmado pelo Município de Álvares Machado com a finalidade de constituir um Consórcio Público sob a forma de associação pública, entidade de natureza autárquica, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, para as áreas da saúde e assistência social.

**Art. 2º** - O Poder Executivo deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da execução desta Lei.

Parágrafo Único - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder às adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias da Divisão Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, e Divisão Municipal da Assistência Social/Fundo Municipal da Assistência Social, estando desde já autorizadas a abertura de crédito especial e suplementação orçamentária, se necessário na forma da Lei.”

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM de Álvares Machado, 30 de Maio de 2017.

  
**JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA**

Prefeito



**LUIZ TAKASHI KATSUTANI**

Diretor de Administração

Registrado e publicado na Secretaria da PM, na data supra.

  
**TÂNIA NEGRI GARCIA**

Oficial Gabinete





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL /FAX 0(XX)18 – 3273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

**LEI Nº 2966/17, de 30 de Maio de 2017.**

**Dispõe sobre:** Acrescenta ao artigo 1º e 3º a adesão na área da Assistência Social, acrescenta o parágrafo único ao artigo 2º, da Lei Municipal 2776/13, de 16 de maio de 2013, e dá outras providências.

**JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA**, Prefeito do Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os artigos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal 2776/13, de 16 de maio de 2013, passam ter a seguinte redação:

“**Art. 1º** - Fica ratificado, em todos os seus termos, conforme anexo I desta Lei, o Protocolo de Intenções firmado pelo Município de Álvares Machado com a finalidade de constituir um Consórcio Público sob a forma de associação pública, entidade de natureza autárquica, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, para as áreas da saúde e assistência social.

**Art. 2º** - O Poder Executivo deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da execução desta Lei.

Parágrafo Único - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder às adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias da Divisão Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, e Divisão Municipal da Assistência Social/Fundo Municipal da Assistência Social, estando desde já autorizadas a abertura de crédito especial e suplementação orçamentária, se necessário na forma da Lei.”

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM de Álvares Machado, 30 de Maio de 2017.

  
**JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA**

Prefeito



**LUIZ TAKASHI KATSUTANI**

Diretor de Administração

Registrado e publicado na Secretaria da PM, na data supra.

  
**TÂNIA NEGRI GARCIA**

Oficial Gabinete





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**  
CNPJ 18.960.233/0001-00

**CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2021**  
**(Manutenção e Custeio do CIOP)**

"Contrato de Rateio que entre si celebraram o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP e o Município de ALVARES MACHADO, na condição de Município Consorciado/Integrante";

Por este instrumento de Contrato de Rateio que entre si celebraram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA-CIOP, Pessoa Jurídica de Direito Público - CNPJ nº 18.960.233/0001-00, com sede à Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, na cidade de Presidente Prudente/SP, aqui representado pelo seu Diretor Executivo, em pleno exercício do mandato, Sr. CARLOS AUGUSTO VRECHE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 069.222.398-30 e o município de ALVARES MACHADO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.206.424/0001-10, através do Prefeito Municipal, Sr. ROGER FERNANDES GASQUES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 41.675.888-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 350.139.648-14, residente e domiciliado na Rua Tobias Barreto, nº 546, Parque dos Pinheiros, na cidade de Alvares Machado/SP, conforme ratificação do protocolo de intenções através da lei municipal nº 2776/13.

Resolvem celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO mediante diretrizes definidas nas cláusulas abaixo, conforme previsto na Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto ratear o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas com pessoal, energia, água, telefone, internet, viagens, materiais de escritório, dentre outras aprovadas pelo Conselho Diretor, observadas as disposições do contrato de consórcio público e as deliberações da Assembleia Geral

**Parágrafo Único:** As demais atividades, ações, prestação de serviços e projetos que visem o atendimento dos objetivos e fins sociais do CIOP serão objetos de programas de trabalhos específicos, detalhados com total abrangência de critérios necessários e próprios para cada área definida, nos termos do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social, inclusive com a elaboração de contrato de rateio, todos



devidamente aprovados pela Assembleia Geral

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

O CONSÓRCIADO fica obrigado a repassar ao CONSÓRCIO recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de cota de rateio, a qual será autorizada pelo Poder Executivo Municipal, ora CONSÓRCIADO, à instituição bancária o débito dos valores em sua conta corrente quando do recebimento da cota mensal do FPM - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, durante a vigência do contrato, bem como proceder à transferência da quantia correspondente a essa quota à conta do CONSÓRCIO indicada para esse fim, até o 10º dia de cada mês.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO DOS RECURSOS

A Gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade da DIRETORIA EXECUTIVA, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Diretor, conforme estabelecido no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista.

**Parágrafo Único:** Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato e em conformidade com o Estatuto Social.

#### CLAUSULA QUARTA - DO VALOR DO RATEIO

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 83.993,28, (oitenta e três mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), que equivale à razão de R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) por habitante, estipulado conforme índice populacional divulgado pelo IBGE (24.998 habitantes), que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 6.999,44 (seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e quatro centavos) nos meses disciplinados na cláusula segunda deste contrato, com a respectiva classificação orçamentária:



CATEGORIA ECONÔMICA	3.	CORRENTE	1.	Pessoal e Encargos Sociais	73.	Pessoal e Encargos Sociais	70.	Ratão pela Participação em Consórcio Público	3.1.73.70.00	57.00%
CATEGORIA ECONÔMICA	3.	CORRENTE	3.	Outras Despesas Correntes	73.	Outras Despesas Correntes	70.	Ratão pela Participação em Consórcio Público	3.3.73.70.00	41.00%
CATEGORIA ECONÔMICA	4.	CAPITAL	4.	Investimentos	74.	Outras Despesas Correntes	70.	Ratão pela Participação em Consórcio Público	4.4.74.70.00	2.00%

**Parágrafo Primeiro:** O valor definido no caput desta cláusula deverá ser pago via boleto bancário que será emitido pelo CIOPOP, boletos que serão entregues juntos com o referido contrato com vencimentos até o 10 (décimo) dia de cada mês.

**Parágrafo Segundo:** Os municípios integrantes do consórcio que efetuarem o pagamento após o 10º dia de cada mês deverá pagar multa de 1 % ao mês sobre o valor da contribuição fixada na cláusula quarta, sendo o valor corrigido monitorialmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de haver extinção do índice de correção ora pactuado, referido índice será substituído por outro que vier a ser criado pelo Governo Federal.

**Parágrafo Quarto:** O atraso no pagamento dos serviços prestados por um período maior que 180 dias, após o vencimento das faturas acarretará a suspensão automática de prestação de serviço pelo contratado e consequentemente punições conforme protocolo de intenção e estatuto do CIOPOP.

## CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 no Exercício Orçamentário e Financeiro de 2021.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA  
CNPJ 18.960.233/0001-00

**Parágrafo Primeiro:** As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do CONSORCIADO.

**Parágrafo Segundo:** A celebração do presente contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativo insculpido no art. 10, inciso XV da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Ato de Improbidade Administrativa).

**Parágrafo Terceiro:** O não pagamento até o final do exercício implicará no lançamento do valor devido em dívida ativa, adotando este consórcio as medidas judiciais cabíveis para tanto.

**Parágrafo Quarto:** Eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas junto a Assembleia Geral para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO, município de Presidente Prudente-SP para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente CONTRATO em 02 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

PRESIDENTE PRUDENTE, 18 de novembro 2020.

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
PREFEITO DE ALVARES MACHADO

**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIOPOP

**FELIPE ISHIOKA ARONE**

**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**

Testemunhas:





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA  
CNPJ 18.960.233/0001-00

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALVARES MACHADO  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2021  
OBJETO: Manutenção e Custeio do CIOP - 2021  
E-MAIL CONTRATADO: consorciointermunicipal@ciop.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Podemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões)" de Atualização Cadastral" anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA  
CNPJ 18.960.233/0001-00

publicação;  
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;

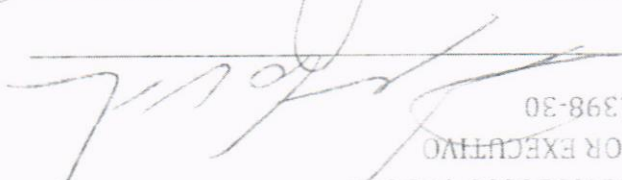
LOCAL e DATA: Presidente Prudente/SP, 18 de novembro de 2020.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

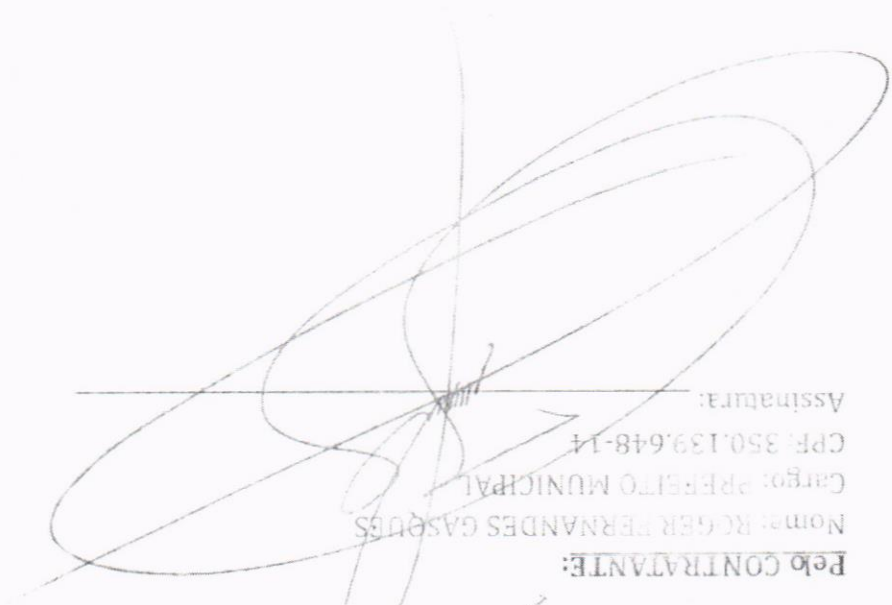
Nome: CRISTIANO MACEDO ENGEL  
Cargo: PRESIDENTE DO CIO P  
CPF: 117.181.798-39

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATADO:**

Nome: CARLOS AUGUSTO VRECHE  
Cargo: DIRETOR EXECUTIVO  
CPF: 069.222.398-30  
Assinatura: 

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: ROGER FERNANDES GASQUES  
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 350.139.648-14  
Assinatura: 



Código do Município  
**3501301**

Gentílico  
**machadense**

Prefeito  
**JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA**

## POPULAÇÃO

População estimada [2020]	<b>24.998</b> pessoas
População no último censo [2010]	<b>23.513</b> pessoas
Densidade demográfica [2010]	<b>67,69</b> hab/km²

## TRABALHO E RENDIMENTO

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2018]	<b>2,5</b> salários mínimos
Pessoal ocupado [2018]	<b>3.973</b> pessoas
População ocupada [2018]	<b>16,0</b> %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	<b>32,1</b> %

## EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	<b>98,3</b> %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	<b>6,3</b>
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	<b>4,5</b>
Matriculas no ensino fundamental [2018]	<b>3.268</b> matrículas
Matriculas no ensino médio [2018]	<b>828</b> matrículas
Docentes no ensino fundamental [2018]	<b>194</b> docentes
Docentes no ensino médio [2018]	<b>67</b> docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	<b>10</b> escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	<b>5</b> escolas

## ECONOMIA

PIB per capita [2017]	<b>20.531,41</b> R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	<b>85</b> %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	<b>0,758</b>
Total de receitas realizadas [2017]	<b>62.881,37</b> R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	<b>60.296,98</b> R\$ (×1000)

## SAÚDE

Mortalidade Infantil [2017]	<b>18,13</b> óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	

Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]

0,2 internações por mil habitantes

8 estabelecimentos

**TERRITÓRIO E AMBIENTE**

Área da unidade territorial [2019]

347,647 km²

Esgotamento sanitário adequado [2010]

89,2 %

Arborização de vias públicas [2010]

96,1 %

Urbanização de vias públicas [2010]

11,2 %

Bioma [2019]

Mata Atlântica

Sistema Costeiro-Marinho [2019]

Não pertence

**Notas:**

1. *População estimada*: Para "dúvidas e contestações" [clique aqui](#)
2. *População ocupada*: [pessoal ocupado no município/população total do município] x 100
3. *Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo*: [População residente em domicílios particulares permanentes com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo / População total residente em domicílios particulares permanentes] \* 100







CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO - CNPJ Nº 18.960.233/0001-00

## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Protocolo nº 002/2020

Data: 18/11/2020

MUNICÍPIO DE ALVARES MACHADO

Ciente: ROGER FERNANDES GASQUES

Documentos

CONTRATO DE RATEIO 2021 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

Observação:

ENTREGAR NA SECRETARIA/DEPARTAMENTO/SETOR FINANCEIRO PARA EMPENHO. OS BOLETOS BANCÁRIOS REFERENTES ÀS 12 (DOZE) PARCELAS DO ANO DE 2021, COM VENCIMENTO ENTRE 10/01/2021 A 10/12/2021 SERÃO ENCAMINHADOS ATÉ 15 (QUINZE) DIAS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO DE RATEIO 2021 PARA O E-MAIL DA ÁREA FINCEIRA DO MUNICÍPIO.

Recebemos o (s) documento (s) acima relacionado (s).

ROGER FERNANDES GASQUES  
Prefeito Municipal de Alvares Machado

18/11/2020.

**CÓPIA**

CIOP

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO**  
Comissão de Justiça e Redação  
18ª LEGISLATURA

PARECER Nº 023/21

PROCESSO: Projeto de lei nº 15/21

AUTORIA: Poder Executivo

ASSUNTO: Dispõe sobre: ratifica ingresso do município no CIOP

DATA: 02 de junho de 2021.

**PARECER:** A Comissão, quanto ao aspecto legal, gramatical e lógico, se posiciona pela legalidade do mesmo, devendo a proposição ir a Plenário para apreciação e votação do mérito.

*João Eduardo Ramirez Sanchez*  
**JOÃO EDUARDO RAMIREZ SANCHEZ**  
Presidente

*Cláudio de Melo Salomão*  
**CLÁUDIO DE MELO SALOMÃO**  
Relator

*Joel Nunes de Almeida*  
**JOEL NUNES DE ALMEIDA**  
Membro





**PARECER Nº 11/2021**

**PROCESSO:** Projeto de lei nº 15/2021

**AUTORIA:** Poder Executivo

**ASSUNTO:** Dispõe sobre: ratifica participação do município no CIOF.

**DATA:** 02 de junho de 2021.

**PARECER:** A Comissão, em análise a proposição, emite parecer favorável ao projeto, para que vá a apreciação e votação pelo Plenário, uma vez que a ampliação da participação do município no CIOF não acarretará novos custos, visto que os pagamentos são feitos por rateio com base na população, conforme demonstra Contrato de Rateio constante dos autos. Logicamente haverá custo quando ocorrer contratações, o que pode ocorrer, inclusive, no atual momento, sem a vigência da alteração proposta. Todavia as contratações serão feitas conforme a existência de recursos consignados no orçamento vigente e futuro.

E o parecer.

**MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN**

Presidente

**JOSÉ APARECIDO RAMOS**

Relator

**LENICE MESSIAS DOS SANTOS RIBEIRO**

Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PLENÁRIO VEREADOR SEBASTIÃO ANTÔNIO PEREIRA  
Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 - SP

## AUTÓGRAFO Nº 18/21

Considerando que a Câmara Municipal de Álvares Machado, aprovou na íntegra, **PROJETO DE LE Nº 15/21**, de autoria do Poder Executivo, a **Mesa da Câmara Municipal de Álvares Machado**, emite este **Autógrafo**, nesta data, para todos os efeitos legais.

Mesa da Câmara, em 09 de junho de 2021.

  
**PEDRO DA SILVA OLIVEIRA**  
Presidente

  
**JOEL NUNES DE ALMEIDA**  
1º Secretário

  
**MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN**  
2º Secretário

Registrado e publicado na Diretoria Legislativa, na data supra.

  
**PAULO JOSÉ VILLALVA MARTINS**  
Diretor Legislativo







## MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N - TEL/FAX 0(XX)183273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO/SP  
CNPJ: 43.206.424/0001-10

**LEI N.º 3.061/2021**

**Dispõe sobre:** *Altera dispositivos da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 e dá outras providências.*

**ROGER FERNANDES GASQUES**, Prefeito do Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica ratificado o ingresso do município de Álvares Machado no Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, constituído sob a forma de associação pública de natureza autárquica e com objetivos múltiplos, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, conforme Protocolo de Intenções constante do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** O Poder Executivo deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da execução desta Lei.

**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder as adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias, estando desde já autorizadas à abertura de crédito especial e suplementação orçamentária.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Fica revoga a Lei nº 2.966 de 30 de maio de 2017.

Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 10 de Junho de 2021.

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
Prefeito Municipal



## **MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO**

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX 0(XX)183273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO/SP

CNPJ: 43.206.424/0001-10

SORAIA DE OLIVEIRA SILVA

Diretora Administrativa

Registrado e publicado na Secretaria da PM, na data supra.

TANIA NEGRI GARCIA  
Oficial de Gabinete





# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

(18) 3273-9300 | PRAÇA DA BANDEIRA S/N | ÁLVARES MACHADO-SP | CEP 19160-000  
CNPJ: 43.206.424/0001-10 | CRIADO PELA LEI Nº 2.990/2018

ANO IV

EDIÇÃO Nº 427

Quinta-feira, 10 de Junho 2021

**LEI Nº 3.061/2021**

**Dispõe sobre:** *Altera dispositivos da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013 e dá outras providências.*

**ROGER FERNANDES GASQUES**, Prefeito do Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.776 de 16 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica ratificado o ingresso do município de Álvares Machado no Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, constituído sob a forma de associação pública de natureza autárquica e com objetivos múltiplos, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, conforme Protocolo de Intenções constante do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** O Poder Executivo deverá incluir, nas propostas orçamentárias anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da execução desta Lei.

**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder as adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias, estando desde já autorizadas à abertura de crédito especial e suplementação orçamentária.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Fica revoga a Lei nº 2.966 de 30 de maio de 2017.

Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 10 de Junho de 2021.

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
Prefeito Municipal

**SORAIA DE OLIVEIRA SILVA**  
Diretora Administrativa

Registrado e publicado na Secretaria da PM, na data supra.

**TANIA NEGRI GARCIA**  
Oficial de Gabinete